



DE 20 A 24 OUTUBRO DE 2014 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ACTIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Proposta de Lei 256/XII](#)

Procede à reforma da tributação das pessoas singulares, orientada para a família, para a simplificação e para a mobilidade social, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto do Selo, o Estatuto dos Benefícios Fiscais, a Lei Geral Tributária, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, e o Decreto-Lei n.º 26/99, de 28 de Janeiro.

Autoria Governo

[Projecto de Lei 680/XII](#)

Consagra expressamente a identidade de género no âmbito do direito à igualdade no acesso a emprego e no trabalho, procedendo à 5.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 Fevereiro

Autoria PS

[Proposta de Resolução 98/XII](#)

Aprova o Acordo relativo ao Tribunal Unificado de Patentes, assinado em Bruxelas, em 19 de Fevereiro de 2013

Autoria Governo

[Proposta de Lei 258/XII](#)

Autoriza o Governo a alterar a Lei n.º 7/2008, de 15 de Fevereiro, que estabelece as bases de ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores e define os princípios reguladores das actividades da pesca e da aquicultura nessas águas.

Autoria Governo

ARBITRAGEM

[Portaria n.º 219/2014 - Diário da República n.º 203/2014, Série I de 2014-10-21](#)

Ministérios da Justiça e da Educação e Ciência

Vincula vários serviços do Ministério da Educação e Ciência à jurisdição do Centro de Arbitragem Administrativa

 **ENERGIA**

[Decreto-Lei n.º 153/2014 - Diário da República n.º 202/2014, Série I de 2014-10-20](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Cria os regimes jurídicos aplicáveis à produção de electricidade destinada ao autoconsumo e ao da venda à rede eléctrica de serviço público a partir de recursos renováveis, por intermédio de Unidades de Pequena Produção

ERSE

[Diretiva n.º 20/2014 - Diário da República n.º 205/2014, Série II de 2014-10-23](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Aprova a alteração ao procedimento n.º 6 do Manual de Procedimentos da Qualidade de Serviço do sector eléctrico relativo ao mecanismo de incentivo à melhoria da continuidade de serviço

 **FINANCEIRO**

[Decreto-Lei n.º 155/2014 - Diário da República n.º 203/2014, Série I de 2014-10-21](#)

Ministério das Finanças

Cria a IFD - Instituição Financeira de Desenvolvimento, S. A., e aprova os respectivos estatutos

[Decreto-Lei n.º 157/2014 - Diário da República n.º 206/2014, Série I de 2014-10-24](#)

Ministério das Finanças

No uso da autorização legislativa concedida pela [Lei n.º 46/2014](#), de 28 de Julho, transpõe a [Diretiva n.º 2013/36/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho, e procede à alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 298/92](#), de 31 de Dezembro, ao Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 486/99](#), de 13 de Novembro, às [Leis n.ºs 25/2008](#), de 5 de Junho, e [28/2009](#), de 19 de Junho, e aos [Decretos-Leis n.ºs 260/94](#), de 22 de Outubro, [72/95](#), de 15 de Abril, [171/95](#), de 18 de Julho, [211/98](#), de 16 de Julho, [357-B/2007](#) e [357-C/2007](#), de 31 de Outubro, [317/2009](#), de 30 de Outubro, e [40/2014](#), de 18 de Março

[Despacho n.º 12919/2014 - Diário da República n.º 205/2014, Série II de 2014-10-23](#)

Ministério das Finanças - Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro

Garantia Bancária - "EDA POWER V"

BANCO DE PORTUGAL

[Esclarecimento do Banco de Portugal sobre comunicações à CMVM](#)

[Estudo 17 da Central de Balanços - Análise do sector do Turismo](#)

[Nota de informação estatística: Resultados das empresas não financeiras da Central de Balanços – 2013 e 1.º semestre de 2014](#)

[Esclarecimento do Banco de Portugal sobre pedido de informação da PT SGPS](#)

[Boletim Estatístico - Outubro 2014](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Indicadores de Síntese dos Fundos de Investimento Imobiliário, FEII e FUNGEPI - Setembro 2014](#)

ISP - INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL

[Documento do CNSF sobre iniciativas legislativas](#)

Iniciativas legislativas com o envolvimento do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF) e iniciativas que podem implicar o parecer do CNSF, ainda que constituam matérias da competência de apenas uma das autoridades participantes.

[Norma Regulamentar n.º 6/2014-R, de 9 de Outubro](#)

Estabelece os princípios e os métodos aplicáveis ao cálculo da solvência corrigida de uma empresa de seguros integrada num grupo de seguros, bem como o regime da supervisão complementar das operações intragrupo

[Norma Regulamentar n.º 7/2014-R, de 23 de Outubro](#)

Estabelece os índices trimestrais de actualização de capitais para as apólices do ramo "Incêndio e elementos da natureza" com início ou vencimento no primeiro trimestre de 2015

FISCAL

Newsletter PLMJ - Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2015

[Decreto-Lei n.º 158/2014 - Diário da República n.º 206/2014, Série I de 2014-10-24](#)

Ministério das Finanças

No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 237.º da [Lei n.º 83-C/2013](#), de 31 de Dezembro, altera o Código do IVA e aprova o novo regime especial do IVA para sujeitos passivos não estabelecidos no Estado membro de consumo ou não estabelecidos na Comunidade que prestem serviços de telecomunicações, de radiodifusão ou televisão e serviços por via electrónica a pessoas que não sejam sujeitos passivos, estabelecidas ou domiciliadas na Comunidade, transpondo parcialmente para o ordenamento jurídico interno o artigo 5.º da [Diretiva n.º 2008/8/CE](#), do Conselho, de 12 de Fevereiro de 2008

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Contribuição extraordinária sobre o sector energético](#) - Regime aprovado pelo art.º 228.º da Lei n.º 83-C/2013, de 10/10.

[Guia das boas práticas fiscais para o sector da restauração e similares](#) - Informações genéricas sobre os direitos e obrigações dos contribuintes.

IMOBILIÁRIO

[Aviso n.º 11680/2014 - Diário da República n.º 203/2014, Série II de 2014-10-21](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Coeficiente de actualização dos diversos tipos de arrendamento urbano e rural para vigorar no ano civil de 2015

JUSTIÇA

[Inquérito sobre o Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais - Beneficiários do sistema e público em geral](#)

A Direcção-Geral da Política de Justiça pretende obter a opinião dos beneficiários do sistema de acesso ao direito e do público em geral sobre o Regime de Acesso ao Direito e aos Tribunais. Para tal disponibiliza na sua página web dois questionários, dirigidos a estes dois grupos com o objectivo de melhorar a qualidade do serviço prestado aos cidadãos.

PENAL

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 14/2014 - Diário da República n.º 203/2014, Série I de 2014-10-21](#)

Supremo Tribunal de Justiça

Os arguidos que se recusarem à prestação de autógrafos, para posterior exame e perícia, ordenados pelo Exmo. Magistrado do M.º P.º, em sede de inquérito, incorrem na prática de um crime desobediência, previsto e punível pelo artigo 348.º, n.º 1 b), do Código Penal, depois de expressamente advertidos, nesse sentido, por aquela autoridade judiciária

SAÚDE

[Despacho n.º 13001-A/2014 - Diário da República n.º 206/2014, 1º Suplemento, Série II de 2014-10-24](#)

Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Determina a constituição da Comissão de Acompanhamento do processo de devolução dos hospitais das misericórdias, prevista no Decreto-Lei n.º 138/2013, de 9 de Outubro

TRABALHO E EMPREGO

[Decreto-Lei n.º 154/2014 - Diário da República n.º 202/2014, Série I de 2014-10-20](#)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Cria uma medida excepcional de apoio ao emprego que se traduz na redução temporária da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora

 **RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 25/2014/A - Diário da República n.º 204/2014, Série I de 2014-10-22](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Aprova o Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2015

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 26/2014/A - Diário da República n.º 205/2014, Série I de 2014-10-23](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Recomenda a diversificação tarifária e promoção de tarifários sociais da electricidade

 **RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

[Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2014/M - Diário da República n.º 205/2014, Série I de 2014-10-23](#)

Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo

Aprova o processo de alienação das acções detidas pela Região Autónoma da Madeira na Académico Marítimo Madeira Andebol, SAD

[Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2014/M - Diário da República n.º 205/2014, Série I de 2014-10-23](#)

Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo

Aprova o processo de alienação das acções detidas pela Região Autónoma da Madeira no Clube Amigos do Basquete da Madeira, Basquetebol, SAD

[Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2014/M - Diário da República n.º 205/2014, Série I de 2014-10-23](#)

Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo

Aprova o processo de alienação das acções detidas pela Região Autónoma da Madeira na Madeira Andebol, SAD

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

ENERGIA

Regulamento de Execução (UE) n.º 1112/2014 da Comissão, de 13 de Outubro de 2014, [que estabelece o formato comum para a partilha das informações pelos operadores e proprietários de instalações offshore \[de petróleo e gás \] e o formato comum para a publicação das informações relativas aos indicadores de risco grave pelos Estados-Membros](#)

Regulamento de Execução (UE) n.º 1113/2014 da Comissão, de 16 de Outubro de 2014, [que estabelece a forma e os pormenores técnicos da comunicação de dados a que se referem os artigos 3.º e 5.º do Regulamento \(UE\) n.º 256/2014](#) do Parlamento Europeu e do Conselho e que revoga os Regulamentos (CE) n.º 2386/96 e (UE, Euratom) n.º 833/2010 da Comissão

FINANCEIRO

Regulamento Delegado (UE) n.º 1125/2014 da Comissão, de 19 de Setembro de 2014, que completa a Diretiva 2014/17/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que [diz respeito às normas técnicas de regulamentação sobre o montante monetário mínimo do seguro de responsabilidade civil profissional ou garantia equivalente de que os intermediários de crédito devem ser titulares](#)

COMISSÃO EUROPEIA

[Fiscalidade: Estudo confirma perdas de milhares de milhões em receitas de IVA](#)

Segundo o último estudo sobre os desvios do IVA, estima-se em cerca de 177 mil milhões de euros o montante das receitas de IVA perdidas em 2012, devido ao não cumprimento das regras ou à não cobrança do imposto. Isto equivale a 16 % das previsões totais de receitas do IVA de 26 Estados-Membros

[A Comissão adopta regras pormenorizadas sobre as contribuições dos bancos para os fundos de resolução](#)

A Comissão Europeia adoptou um acto delegado e um projecto de proposta com vista à adopção de um ato de execução do Conselho relativos ao cálculo das contribuições dos bancos para os fundos nacionais de resolução e para o Fundo Único de Resolução, respectivamente

[Emprego: Microfinanciamento Progress empresta 182 milhões de euros a mais de 20 000 empresários para criação e expansão de empresas](#)

PARLAMENTO EUROPEU

[Parlamento Europeu prolonga isenção de direitos aduaneiros a produtos ucranianos](#)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

PORTAL DO GOVERNO



COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Criação do procedimento especial para o registo de propriedade de veículos adquirida por contrato verbal de compra e venda, visando simplificar a regularização da propriedade.

Este regime especial permite que o registo seja requerido apenas pelo vendedor, com base em documentos demonstrativos da transmissão, com notificação à parte contrária a cargo do serviço de registo.

Torna-se assim possível efectuar e acelerar o registo de propriedade de veículos a favor do actual proprietário, sem prejuízo para a segurança jurídica.

- Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 e o Plano de Acção para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2016.

- Criação da estrutura de missão para o Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020), a autoridade de gestão do PDR 2020.

(...)



RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORIZAÇÃO DA REFORMA DO IRC

[Recomendação da Comissão de Monitorização da Reforma do IRC](#)



A RETOMA DE PORTUGAL

[A retoma de Portugal](#)

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Chambers European Excellence Awards, 2009, 2012

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards, 2012

 25ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2011, 2012